



----- **MANDATO 2013-2017** -----

----- **DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA** -----

----- **SEGUNDA REUNIÃO** -----

----- **ATA NÚMERO VINTE E SEIS** -----

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da Penha de França, na sua Sede, sita na Rua Morais Soares, nº32, em Sessão Ordinária, sob a presidência de Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, coadjuvada pelo Primeiro Secretário em exercício, Carlos Alberto Amorim Rodrigues, e pelo Segundo Secretário em exercício, João Carlos Ventura Ramos. -----

Assinaram a Lista de Presenças, para além dos já mencionados, os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia: Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Laje, Celeste Júlia Ferreira Alves, António Neira Nunes, Teresa de Jesus dos Santos Ferreira Nande, Filipe Duarte dos Santos Marques, André Filipe Calvário Roma, Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Carla Marina de Jesus Ferreira, Maria de Lurdes Dionísio Duarte Borges, Rui Carlos Neves da Silva, Maria Teresa Henriques Feira Ricardo de Almeida, Carlos Alberto Marques Tibúrcio, Pedro Filipe Soares Coelho de Júdice Samora, Bruno Miguel da Silva Estrelo Futre, Hugo Pereira Evangelista e Luís Manuel Dias da Silva Costa Matias. -----

Constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia de Freguesia declarou aberta a reunião. -----

----- **PONTO NÚMERO UM** -----

----- ***– Proposta nº89/2016 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017*** -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que, tal como acordado em Comissão de Líderes, os documentos iriam ser discutidos em conjunto, mas votados separadamente. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, ***Sofia Oliveira Dias***, apresentou os documentos indicando que se encontravam na linha da continuidade do que já havia sido o rumo traçado para a Junta de Freguesia em 2016, mantendo as prioridades e as linhas de ação, com a aposta no Espaço Público – não só com os Protocolos de

Delegação de Competência mas também com investimento em maquinaria e pessoal para a Limpeza Urbana –, na Educação – com a abertura da Ludobiblioteca, o Projeto EmPenha-te, e a Praia Campo –, e nas Atividades Económicas – com um melhoramento do Licenciamento, com a experiência obtida com o “Penha à la Carte” onde foi apoiada a restauração na Freguesia, com um investimento na iluminação natalícia, com a oferta do saco aos cidadãos apelando à compra dos seus presentes no comércio local da Freguesia, com a contínua reivindicação, junto da Câmara Municipal de Lisboa, para a realização de obras, bastante necessárias, no Mercado de Sapadores, e o estudo de formas para a sua dinamização. -----

Em síntese, eram estas as suas linhas bases, sem grandes alterações relativamente a 2016, mantendo e dando continuidade às apostas que o Executivo considerava relevantes para a continuação e fim do mandato, com as mesmas prioridades. -----

Colocou-se à disposição para a prestação de esclarecimentos. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, colocou algumas questões ao Executivo, nomeadamente na questão orçamental das Opções do Plano. -----

Relativamente ao Licenciamento, sendo uma competência da Freguesia, questionou relativamente aos €40.000,00 alocados à rubrica 04 da Receita – Ocupação da Via Pública, se estariam em perspectiva em relação ao ano transato e como era feita a fiscalização dessa receita e se estava previsto um aumento ou diminuição dessa mesma receita. -----

Relativamente à rubrica da Piscina, que previa uma receita de €250.000,00, qual era a sua proveniência. -----

Relativamente ao Posto Médico, tinha de salientar que a receita tinha vindo a diminuir ligeiramente, não tendo havido um aumento dessa mesma receita, e questionou se esse facto teria a ver com a diminuição de utentes, uma vez que o tarifário não tinha sido alterado. -----

Por fim, a última questão, questão essa cuja resposta iria definir a posição de voto do PSD, e relativa ao Saldo de Gerência, sendo a primeira vez que o via incluído em um Orçamento inicial, sendo que, por hábito, o mesmo só era integrado após a aprovação das contas do ano transato. Daí questionava como era possível haver um Saldo de

Gerência previsto de €520.000,00 num Orçamento inicial, e caso o Orçamento fosse aprovado tal como estava estariam também a aprovar contas que desconheciam e que não estariam ainda encerradas, pois só encerravam a 31 de dezembro, mesmo que essa verba se encontrasse consignada. Questionou como seria possível a Junta aplicar um Saldo de Gerência sem as contas estarem encerradas e sem as mesmas se encontrarem aprovadas em Assembleia de Freguesia. -----

O Membro do PCP, **Maria Teresa Ricardo**, indicou que o PCP não iria fazer grandes comentários relativamente às Grandes Opções do Plano, uma vez o mesmo ia no seguimento do Plano para 2016, tal como a Senhora Presidente da Junta tinha indicado, mas que tinha uma questão relativamente à Receita, nomeadamente a verba atribuída à Piscina, também gostava de a ver esclarecida. -----

Relativamente à Despesa, na Rúbrica 02.02.20.99 – Outros – com €120.500,00, gostaria de saber para que destinavam aquelas verbas. -----

Relativamente às Despesas de Capital no Ambiente Urbano, Espaços Verdes e Espaço Público, 07.01 – Investimentos -, para que iriam servir os €873.433,00. -----

Relativamente à Higiene Urbana, na rúbrica 01.01.07, que tinha uma verba de €123.500,00 para Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença, sabiam, uma vez que o BE o tinha divulgado, que uma das condições do Acordo que tinha viabilizado o Executivo monocolor seria a regularização da situação laboral dos trabalhadores, o PCP gostaria de saber o porquê de um valor tão alto para Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença, podendo a mesma ser justificada com uma prestação de serviços temporária ou excecional. -----

Relativamente à Educação, Juventude e Tempos Livres, na rúbrica 02.02. – Aquisição de Serviços – o PCP gostaria de saber que tipo de serviços é que iriam adquirir que justificassem €446.100,00., e na rúbrica 07 - Outros Trabalhos Especializados – €190.950,00. -----

Relativamente às Atividades Económicas, nas Despesas de Capital, havia um total de €36.500,00, onde a rúbrica forte era a 07.01.15 – Outros Investimentos – que tipo de investimentos é que estavam previstos realizar nas Atividades Económicas. -----

O Membro do BE, **Hugo Evangelista**, indicou que existiam valores muito elevados atribuídos a pessoal em Regime de Tarefa ou Avença, ultrapassado em grande medida, e em muitas das secções, as verbas para o pessoal que está nos quadros ou a contrato a termo, demonstrando que a massa de trabalhadores que realizava o trabalho do dia-a-dia não tinha qualquer tipo de relação laboral fixa estável, com direitos atribuídos pelo trabalho que fazem. -----

A questão que o BE pretendia colocar era se havia alguma atualização do levantamento daquelas situações, quais os esforços feitos para regularizar as situações de eventuais recibos verdes – o que acreditava que fosse a maioria -, sendo alguns justificados outros nem por isso, e se a situação iria mudar em 2017, tendo em conta que era um dos pontos do Acordo entre o BE e o PS. -----

A Senhora Presidente da Junta, **Sofia Oliveira Dias**, deu os seguintes esclarecimentos relativos às questões levantadas: -----

Relativamente ao Licenciamento, indicou que a experiência tinha ditado não só um aumento da Receita que era cobrada pela CML como um incremento progressivo da Receita. Ainda que os estabelecimentos existentes na Freguesia se mantivesse igual, acreditava que muitos estabelecimentos de restauração estariam a pensar, cada vez mais, em ter esplanadas, uma vez que no regime anterior, com a CML, era muitíssimo difícil conseguir a autorização, havendo um certo desencorajamento por parte dos estabelecimentos. O que tinha vindo a acontecer por toda a Cidade, tem sido um incremento do número de esplanadas. O que se estava a verificar na Freguesia era o pedido de esplanada por parte de estabelecimentos já existentes e por parte de estabelecimentos novos que solicitam uma esplanada aquando a sua instalação. Tendo estes dados em conta, a previsão da Junta era que a Receita fosse aumentar nesta rubrica. -----

Relativamente à rubrica da Piscina, e aos €250.000,00 que lhe estavam imputados, informou que a Junta estava em fase de negociação com a Câmara Municipal de Lisboa e que era o valor estimado anual que importava o abastecimento de gás, eletricidade e água da Piscina. Indicou que aquando da transferência de verbas e equipamentos, a Piscina ainda estava encerrada e verba não se encontrava contemplada no orçamento da

Penha de França. As negociações com a CML tinham em mente a fixação do envelope financeiro que iria permitir o funcionamento da Piscina sem prejuízo do funcionamento e da atividade da Junta. -----

Relativamente ao Posto Médico, indicou que não tinha qualquer informação sobre a diminuição de utentes, encontrando-se a Receita ao mesmo nível dos períodos anteriores. -----

Relativamente ao fecho de contas, referiu que era uma questão pacífica, uma vez que as mesmas podiam ser fechadas a qualquer dia, variando apenas o rigor da informação trazida à Assembleia de Freguesia, indicando ainda que a Informação Financeira era mais rigorosa se o fecho fosse feito ao final de cada mês. Como tinha referido na Sessão anterior, a todos beneficiava se a mesma se realizasse antes do Natal, tendo calhado a dia dezasseis, o que não significava que as contas devessem ter sido fechadas a dia quinze do mês anterior, uma vez que ainda haviam muitos movimentos financeiros a ocorrer até ao final do respetivo mês. A Junta podia tê-lo feito, mas isso significaria que a informação seria menos fiável. -----

Relativamente ao Saldo de Gerência, indicou que era apenas a consignação de Receita, estando a trabalhar com os valores indicados, mas que seria matéria para discutir na primeira Sessão Ordinária de 2017. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Membro do PCP, indicou que todos os valores que tinha mencionado eram referentes a várias rúbricas, com vários tipos de despesa, desde a Educação, CAF, AEC's, Auxiliares de Educação e Atividades Educativas e, mais propriamente aos €125.000,00 mencionados, essa verba dizia respeito a trabalhos especializados e consultadoria. -----

Relativamente à vasta questão laboral, e em resposta à questão colocada pelo BE, indicou que na presente fase, e isto acontecia em qualquer Junta de Freguesia, haviam apenas duas hipóteses: ou a abertura de concursos ou a avença de serviços. Uma vez que não era possível abrir concursos a todo o momento para suprimir todas as necessidades que iam surgindo, tinham de utilizar aqueles mecanismos. Informou a Assembleia que tinha estado reunida na Assembleia Municipal com um representante do STML, Vítor Reis, e em consonância com o que tinha indicado na reunião da Comissão de Líderes,

tendo-lhe solicitado a informação sobre o levantamento das necessidades da Administração Local, parecendo-lhe mais fácil o levantamento das situações de precariedade que já se encontravam devidamente sinalizadas na Administração Local, depositando muita esperança nesse processo. Indicou também que, à semelhança do que tinha dito na Comissão de Líderes, o ano de 2016 tinha sido um ano para “arrumar a casa”, tendo a Junta a intenção de abrir concursos, mas tal não tinha sido possível, e tendo em conta que o ano de 2017 era ano de Eleições seria ainda mais complicado, excetuado as situações de progressão de carreira a que iriam proceder. A tudo isto juntava-se o facto de estar ainda em dúvida o processo de integração de todos os precários na Administração Pública, preferia, pessoalmente, e do ponto de vista da resolução da situação dos trabalhadores, que existisse, de facto, a integração e que escusasse o processo penoso da realização de concursos. Explanou que era penoso na realização dos concursos, pesasse embora a Reforma Administrativa, era que a Junta não tinha recursos humanos, Técnicos Superiores e Dirigentes suficientes que conseguissem, sem pôr em causa o funcionamento normal da Junta, levar a cabo os concursos. O que indicava a experiência de outras Juntas de Freguesia era que estes processos traziam milhares de respostas, provas e entrevistas, com os posteriores processos de classificação, passando por soluções como a contratação de empresas para o efeito e como solicitar a Sindicatos o apoio necessário nessa área. Reafirmou a total intenção do Executivo em abrir concursos para a integração dos trabalhadores, resolvendo a situação precária dos trabalhadores a Recibo Verde. -----

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, desejou umas boas festas a todos e escusou-se pelo atraso, tendo sempre cumprido com os horários. -----

Solicitou ao Executivo uma resposta em relação à questão da PSP, tendo em conta a deslocação da 11ª Esquadra e demolição do edifício ao lado da Junta, há uns anos atrás, queria saber se a 5ª Divisão também ia ser deslocada. -----

Admitiu que era indelicado e que tinha sido para isso que tinha sido eleito. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia interrompeu a intervenção dizendo que o Membro do MAPES não tinha, com certeza, sido eleito para ser indelicado e que esta

era uma Casa da Democracia e caso tomasse atitudes ou proferisse algo indelicado, que lhe cortaria a palavra. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia cortou a palavra ao Membro do MAPES. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, indicou que a Senhora Presidente da Junta não tinha dado resposta à sua questão, a questão mais importante que tinha colocado, relativa ao Saldo de Gerência. Informou que o Saldo de Gerência tinha de ser aprovado no fecho de contas, sendo o mesmo a 31 de dezembro, e estavam introduzidos no Orçamento €520.000,00 de Saldo de Gerência. -----

Não tinha percebido se já estava acionado o Protocolo de Delegação de Competências relativo à Piscina ou se o valor apresentado era uma previsão feita pelo Executivo. -----

Referiu que também estavam previstos €350.000,00 referentes a Protocolos de Delegação de Competências, que calculava não estarem ainda assinados, e estando no Orçamento seria uma previsão da verba que iriam ter da parte da CML. -----

Indicou que o total das verbas perfazia um total de €1.100.000,00, o que significava que o Orçamento trazido à Assembleia de Freguesia tinha embutido nos seus números €500.000,00, de cujas contas ainda não se encontravam aprovadas, €350.000,00 de PDC que ainda não estavam assinados e que não se sabia se iam ser assinados, apesar das garantias que o Executivo podia dar de que o iriam ser, e que só depois de assinados é que deveriam ser introduzidos no Orçamento, e €100.000,00 que não tinha percebido se o referente PDC tinha ou não sido assinado, e caso não tivesse era colocado no mesmo patamar dos restantes. Tratava-se de uma previsão da verba que a Junta iria receber, tendo os PDC sido aprovados em setembro passado e posteriormente tendo sido feita um Orçamento retificativo para que os mesmos pudessem entrar em vigor. Tendo em conta os valores inflacionados no Orçamento inicial todas as restantes contas estariam incorretas. -----

Referiu que desde o início do mandato não tinha sido chumbado nenhum Orçamento inicial, nem nenhuma Prestação de Contas, sendo os Saldos de Gerência inseridos na mesma altura das Contas e inseridos os valores dos Protocolos assinados, constituindo

isso uma prática corrente. Afirmou nunca ter visto um Saldo de Gerência inserido em um Orçamento inicial, tendo tido a garantia de que tal prática não era comum, e que o PSD não se sentia confortável com o Orçamento apresentado, e aguardava as respostas da parte do Executivo. -----

O Membro do PCP, **Maria Teresa Ricardo**, tendo em conta o proferido pelo Membro do PSD, admitiu que o Orçamento estava um pouco empolado, mas que os Orçamentos eram documentos previsionais. -----

Relativamente à inserção do Saldo de Gerência, indicou que não era uma prática ilegal, uma vez que era fácil, dada a altura do ano, saber quais as despesas que iriam ter até ao final do ano. Concordou que não era uma situação comum, mas que não era uma situação problemática para o PCP. -----

Relativamente aos €250.000,00 alocados à Piscina, referiu que essa sim já era uma situação que causava alguma dúvida ao PCP, tendo em conta que não havia a certeza se essa verba viria ou não, e se de facto a CML iria assumir a responsabilidade das despesas com a água, o gás e a eletricidade que a Piscina iria gastar, sabendo ser um equipamento que gastava muitos recursos, e seria importante haver a certeza que, de facto, o valor iria ser suportado pela CML ao longo do ano, cuja verba seria transferida em tranches ou contra fatura, e alertou para o facto de a Junta se ter comprometido perante as empresas fornecedoras de serviços sem ter a certeza de quem iria, realmente, pagar a fatura. -----

Relativamente às despesas que tinha referido anteriormente, esclareceu que não se tinha referido à CAF, mas sim ao Ambiente Urbano, Espaços Verdes e Espaço Público – Despesas de Capital – Investimentos, com €873.433,00. -----

Relativamente à Educação, Juventude e Tempos Livres, tinha-se referido aos €246.100,00 imputados à Aquisição de Serviços. -----

Esclareceu que tinha singularizado os anteriores valores por se tratarem de valores altos em relação aos restantes valores inseridos nas restantes rubricas, e que absorviam a maior parte da totalidade do valor da classe, teria de haver uma justificação, fazendo alusão à antiga figura da dotação previsional, indicando que no presente os dados tinham de ser mais objetivos e mais específicos. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, informou que só após a aprovação do Saldo de Gerência é que o mesmo pode ser incluído na Prestação de Contas, e não passava por uma questão de previsão. -----

Reforçou a questão colocada pelo PCP, e indicou que os €873.433,00 estavam alocados aos PDC, já aprovados e pretendiam ainda aprovar com a CML, e estavam no Orçamento, no Plano Plurianual de Investimentos. Aproveitou para questionar a razão para a compra de uma Bobcat. Referiu que estavam também previstos mais €350.000,00 em PDC sem que se soubesse se iriam ou não ser aprovados pela CML, pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal. Tendo em conta o empolamento do Orçamento em €1.100.000,00, na perspetiva do PDS, e aguardava pelas explicações, as contas reais seriam totalmente diferentes. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, tomou da palavra para dar os seguintes esclarecimentos: -----

Relativamente à questão da PSP, informou que no dia útil posterior à Reunião anterior dirigiu um ofício dirigido à Senhora Ministra da Ministério da Administração Interna, solicitando informações à sobre a previsão de alteração ao dispositivo presente na Freguesia da Penha de França, sem que tivesse tido, até à data, qualquer resposta, sem prejuízo de a Junta vir a insistir no mesmo no início de 2017. Se, por ventura, chegasse alguma resposta, e caso se justificasse, informaria a Assembleia de Freguesia.-

Relativamente à questão da Piscina, explanou que o que diferia a Piscina da Penha de França das restantes Piscinas pertencentes a outras Freguesias era que as outras Piscinas estavam em funcionamento aquando da Reforma Administrativa e a subsequente transferência dos equipamentos e quando os orçamentos foram gizados, os valores dos consumos já estavam contemplados. No caso da Piscina da Penha de França, a mesma encontrava-se encerrada e a entrar num processo de obras e, razoavelmente, a Câmara Municipal não prever essa questão no orçamento. Referiu que o que tinha indicado era que estava em negociações com a CML, e a verba estimada indicada tinha sido verificada através do histórico anterior de consumos. Nesse sentido, os contadores já se encontravam na titularidade da Junta de Freguesia, uma vez que assim estava definido no Programa-Contrato tripartido entre a CML, a Junta e a Associação Estrelas de São

João de Brito, que detinha a concessão. Esclareceu que as obras não teriam avançado se a Junta não tivesse solicitado aos fornecedores a instalação dos contadores, ficando com a titularidade dos mesmos. Afirmou não ter quaisquer dúvidas de que a CML acedesse aos valores negociados, tendo em conta a iminente inauguração da Piscina. Indicou ainda que tinha recebido informações sobre a necessidade de efetuar algumas correções a nível elétrico para que a Certidão de Utilização fosse emitida. Informou que já tinha reunido com o Senhor Vereador, e que aguardava reunir com o Senhor Presidente da Câmara para discutir a questão orçamental, tendo-lhe sido dito que a situação tinha de ficar resolvida até à abertura da Piscina, sendo completamente impossível outro qualquer cenário. -----

Relativamente ao Saldo de Gerência, informou que nos termos do POCAL era a única forma de afetar a Receita consignada proveniente dos Protocolos de Delegação de Competências. A Receita não podia ser utilizada para outros fins, encontrando-se consignada, daí os referidos €520.000,00. -----

Relativamente às restantes Despesas mencionadas, já tinha indicado que resultavam de trabalhos especializados e consultorias, encontravam-se também ao abrigo dos PDC, havendo a necessidade da contratação de diversos serviços, nomeadamente para levantamentos topográficos, projetos, etcetera, sendo as verbas destinadas para tal. -----

Relativamente ao Bobcat, referiu que existiam na Freguesia muitos terrenos municipais devolutos cuja limpeza não estava a ser efetuada pela CML. O Executivo tinha decidido a compra de equipamento necessário e adequado para tal ao invés de contratar sistematicamente uma empresa para o fazer, tendo em conta as reclamações dos munícipes que desejavam ver as situações resolvidas, independentemente da responsabilidade de quem o deveria fazer. -----

O Membro do PSD, *Afonso Costa*, salientou, relativamente ao Bobcat e aos Espaços Expectantes, que era a segunda vez, num espaço de poucos dias, que ouvia a Senhora Presidente a criticar a CML, o que muito o aprazia saber que também tinha uma posição crítica sobre a mesma. -----

Sugeriu, tendo em conta que a responsabilidade dos Espaços Expectantes era da CML, que o Executivo negociasse essa mesma Delegação de Competências, que no seu

entender fazia todo o sentido estar nas Juntas de Freguesia, não estando porque o Senhor Vereador Sá Fernandes não queria abdicar dessa competência. -----

Percebeu as posições contrárias relativamente ao Saldo de Gerência, isentando-se de esgrimir mais argumentos, e indicando que o PSD faria posteriormente a sua Declaração de Voto após a votação do documento. -----

Relativamente à Piscina e aos €350.000,00 consignados à Rúbrica, não havia qualquer certeza sobre a assinatura desse PDC, salientando que no passado o PSD tinha criticado Executivos prévios por colocarem nos seus Orçamentos verbas que acabaram por nunca ser protocoladas com a CML, e sendo a despesa feita, provocando tumultos orçamentais e financeiros na Junta de Freguesia, o PSD não via com bom tom, ou como boa regra orçamental, colocar algo sobre o qual não havia certeza de vir a acontecer. Uma vez que a Assembleia de Freguesia reunia várias vezes ao ano e havendo a possibilidade de ser apresentado um Orçamento Retificativo em abril, incluindo os valores apresentados e o Saldo de Gerência, indicando que o voto do PSD iria estar de acordo com essa posição, reforçando a sua ideia prévia de que o €1.100.000,00 empolava em muito o Orçamento e empolava também todas as contas de Despesa, sendo que as percentagens apresentadas pela empresa de contabilidade também se encontravam inflacionadas em quase 25%, o que no ver do PSD era muito. -----

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, lembrou que na última reunião a sua preocupação prendia-se com o estacionamento na Freguesia e com o Jardim do Caracol da Penha. Tendo isso em mente, questionou o Executivo, relativamente ao presente Orçamento, baseado no parecer exposto das Comissões da Assembleia Municipal que o Executivo tinha feito chegar, onde é que se encontravam as questões do estacionamento.-----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, afirmou que na devida altura o PSD tinha votado contra o Contrato-Programa tripartido da Piscina pela razão exposta anteriormente, salientando que o investimento que a CML tinha feito na Piscina, que deveria estar pronta três anos antes, tinha sido de €750.000,00, e se a Câmara já tinha feito o cumprimento dos valores que tinha no Protocolo a verba já se encontrava toda paga ao Estrelas de São João de Brito, e a Junta iria ficar com o ónus, com ou sem Protocolo, de

uma verba adicional que ronda os €250.000,00, e tinha já referido que esta era uma PPP muito apetecível, ficando a Junta com 20% do lucro, sendo os restantes 80% para o Clube. O Clube estava a realizar a obra com investimento camarário, a Junta ia pagar a manutenção da água, gás e luz, o que rondava os €250.000,00, restando ao Clube o pagamento dos juros do empréstimo que não obtiveram porque o BES tinha falido na altura, não indo pagar esses mesmos juros, ficando apenas com a gestão e a receita, um Clube que nem sequer era da Freguesia. Sentia-se muito confortável com a posição que o PSD tinha tomado de votar contra, até mesmo contra a posição do seu Partido na Assembleia Municipal onde se tinha absterido. -----

O Membro do BE, **Hugo Evangelista**, regressou à questão dos Recibos Verdes ilegais, uma vez que não era cumprida a legislação laboral neste campo, e exortou a uma tomada de posição não-passiva em relação à questão, e felicitou a existência de um Programa de recuperação de avançados ilegais, integrando-os nos quadros, com uma contratação legal, apesar de ser um processo longo e de haver um desconhecimento em relação aos critérios de seleção e de quantos irá abranger. Esperava que tivesse havido uma posição ativa na regularização das situações existentes na Freguesia mas que o que via era um posicionamento bastante passivo que não tinha resolvido as questões em 2016 e que não iria resolver em 2017, havendo a sorte de o Governo estar a fazer um Programa relativo à questão. Indicou que para quem se encontrava nestas situações não era indiferente estar mais dois anos a Recibos Verdes, com descontos diferenciados para a Segurança Social e com menos direitos associados ao seu trabalho, sabendo que o processo de integração era laborioso mas tinha sido aprovado não havia muito tempo um Mapa de Pessoal com muitos mais lugares do que aqueles que iriam ser aprovados precisamente para dar ao Executivo uma liberdade e uma tolerância para poder contratar mais pessoas do que aquelas que eram estritamente necessárias. Tendo em conta o explanado, tinha ficado surpreendido quanto à desculpa dada pelo Executivo. Referiu que mesmo que fosse incomodo abrir os concursos, receber as propostas e entrevistar os candidatos faria toda a diferença para quem se encontrava a Recibo Verde, sendo para estes um incómodo viver na ilegalidade. -----

Congratulou o facto de a Junta não ter problemas em discordar pontualmente da Câmara Municipal, e felizmente, há semelhança do PSD, não discordava com o excesso de ciclovias existentes na Cidade. -----

A Senhora Presidente da Junta, **Sofia Oliveira Dias**, relativamente à questão do estacionamento, indicou que as Grandes Opções do Plano traduziam-se numa insistência junto da CML para que a EMEL viesse para a Freguesia, não sendo coisa de somenos, tendo tido a garantia de que no primeiro trimestre de 2017 a EMEL iria começar a intervir na encosta da Penha de França e no Alto do Pina, sendo ambas as zonas continuações de zonas já tarifadas com estacionamento de superfície, e sendo ambas as zonas com maiores carências de estacionamento. Traduzia-se também pelos Protocolos de Delegação de Competências que já estavam a ser executados, nomeadamente pelo reordenamento dos passeios que tinham a ver com a realização de intervenções que iriam permitir que a EMEL conseguisse, com maior facilidade, pintar os lugares de estacionamento e instalar os parquímetros. Finalizou indicando que eram as duas situações anteriores que espelhavam, nas Grandes Opções do Plano, o empenho do Executivo relativamente ao estacionamento. Relativamente à posição tomada e junta aos pareceres das Comissões da Assembleia Municipal que tinham analisado as petições devia-se ao facto de ter sido convocada, enquanto Presidente de Junta, para se pronunciar sobre a dita petição, tal como também foi convocada a Senhora Presidente da Freguesia de Arroios, Margarida Martins, e o que tinha feito, e que iria sempre fazer, uma vez que facilitava e clarificava as posições, tinha sido apresentar um documento escrito para veicular a posição da Junta, em vez de se limitar a ser ouvida. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Membro do PSD, indicou que não tinha qualquer problema em criticar a Câmara Municipal de Lisboa, e tal facto não deveria ser notícia, tal como não devia ser notícia se fizesse intervenções laudatórias ou ridículas em defesa da mesma, uma vez que o seu Partido era a Penha de França, e sempre que a CML não defendesse os interesses da Penha de França lá estaria para o fazer. -----

Indicou que a inclinação dos terrenos tinha ditado quais seriam as competências da Junta, sendo que os terrenos com uma inclinação superior a 25% tinham-se mantido com a CML, uma vez que tinha sido decidido que para esses terrenos as Juntas não

tinham capacidade nem meios humanos nem ferramentas para levar a cabo as desmatações necessárias. A ação correta, da parte da Junta de Freguesia, seria não intervir nessas áreas. No entanto havia muita área expectável na Freguesia, e tendo em conta que os cidadãos esperavam da Junta serviços de qualidade, argumento que não se compadeceia com a realidade das competências. Uma vez que a CML não o fazia em tempo útil, fá-lo-ia a Junta, tendo chegado à conclusão que, independentemente de a competência ser da CML, ficaria mais barato comprar a maquinaria necessária e ser a Junta a desmatar os terrenos, em vez contratar sistematicamente empresas para o fazer. Admitiu que a questão poderia ser apresentada à CML para que essa competência pudesse ser delegada na Junta. -----

Relativamente à questão de Pessoal, indicou que o Quadro de Pessoal que tinha sido aprovado já tinha sido pensado tendo em vista a integração do Pessoal em condições mais precárias. Não discordava da posição do BE, daí a celebração do Acordo, mas perante a realidade, e apesar de ter alguma preocupação, não a martirizava excessivamente que os trabalhadores, apesar de precários e de não ser a situação ideal, estivessem a realizar uma função muito útil para a Freguesia e comprometia-se a resolver a situação assim que tal fosse possível. No entanto, e à semelhança do que tinha acontecido em outras Juntas, tinha dúvidas relativamente ao impacto que isso iria causar na estrutura. Em 2016 tinha sido implementada a nova Orgânica, com três Chefes de Divisão e estava, igualmente, para discussão na presente Ordem de Trabalhos, a reorganização dos Pelouros nas Divisões, condição imprescindível, do ponto de vista dos Recursos Humanos, para um melhor funcionamento, os mesmos estarem adstritos à Divisão responsável pelas Finanças e Património, havendo uma similitude de matérias. Se o ano de 2017 não fosse um ano de eleições, seria um ano para fazer os concursos necessários, mas sendo um ano mais curto e havendo um certo constrangimento com quem viria a seguir. Concluiu que seria uma tarefa mais bem-feita e com maior legitimidade sendo efetuada por um Executivo com quatro anos pela frente do que nesta altura. Futuramente seriam estes mesmos trabalhadores, que agora se encontravam a desempenhar as funções que ficariam, teoricamente, melhor classificados nos

concursos, uma vez que já tinha o conhecimento e que se encontravam mais bem-talhados para as mesmas, encontrando-se a adquirir experiência no seu trabalho. -----

Todo o processo concursal era um processo de grande empreitada e questionava-se, retoricamente, se as Juntas tinham sido pensadas para ter este volume de trabalho, sendo a estrutura da Junta incomparável com a estrutura de Recursos Humanos da Câmara Municipal, já habituada a estes processos, e que impacto estes processos iriam ter na atividade diária da Junta. No entanto a Junta estava a dar pequenos passos e a dialogar com muita gente para preparar todo o processo administrativo que permita a realização dos referidos concursos. -----

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, referiu a questão levantada na Reunião anterior sobre a situação da moradora Carla Ferreira, sobre a qual não tinha ouvido qualquer ponto de situação. Indicou que, apesar de os Independentes da Penha de França não estarem representados na Assembleia Municipal, não eram moucos. Gostava que fosse a Presidente da sua Freguesia, antes de qualquer outro Membro de outra qualquer Bancada, a dar essas respostas, em vez se fazer uma política demagógica. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Sofia Oliveira Dias, referiu e lembrou que a questão sobre a moradora em questão tinha sido colocada no Período Antes da Ordem do Dia na Reunião anterior e que naquela altura estava a responder a questões sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2017, onde não se enquadrava a situação de uma cidadã. -----

Não obstante, indicou que a informação que tinha obtido junto da Senhora Vereadora Paula Marques, junto da GEBALIS e junto da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, era semelhante à que já tinha dado: o processo de despejo estava suspenso e a GEBALIS estava a estudar o caso, a SCML tinha ficado de facultar informação mais circunstanciada sobre a cidadã uma vez que a senhora nunca tinha recorrido à Junta de Freguesia para solicitar qualquer tipo de ajuda, sendo essa a razão pela qual a Junta não tinha tido conhecimento sobre a cidadã e continuava a não ter. Lembrou que se tinha comprometido a dar a informação à Assembleia de Freguesia mas que no prazo de uma semana não tinha havido qualquer alteração. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia informou que o Membro do CDS/PP, Bruno Futre, não tinha participado na discussão nem iria participar na votação devido a um conflito de interesses. -----

O Membro do MAPES, Luís Matias, requereu à Mesa que informasse qual era o conflito de interesses do Membro do CDS/PP. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que a Mesa não tinha obrigação de dar a informação requerida. Solicitou ao Membro do MAPES que revise a sua posição quanto ao local onde se encontrava, caso não soubesse exercer o cargo para o qual tinha sido eleito. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia suspendeu a Reunião, por um período de dez minutos, devido à falta de educação do Membro do MAPES, e solicitou uma conferência com os Líderes das Forças Políticas. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia retomou a Reunião e prosseguiu para a votação dos documentos, em separado, sem a participação do CDS/PP na mesma. -----

– **Grandes Opções do Plano para 2017** -----

– **Aprovado por Maioria** – *Votos a favor:* PS; *Votos Contra:* PSD; *Abstenção:* PCP, BE e MAPES. -----

– **Orçamento para 2017** -----

– **Aprovado por Maioria** – *Votos a favor:* PS; *Votos Contra:* PSD e MAPES; *Abstenção:* PCP e BE. -----

O Membro do PSD, *Afonso Costa*, indicou, como Declaração de Voto, que o PSD tinha votado contra em ambos dos documentos por achar que o Orçamento não estava bem realizado, visto que nele embutia o Saldo de Gerência e de ter incluídas algumas Delegações de Competências que ainda não estavam assinadas. -----

O Membro do MAPES, *Luís Matias*, indicou, como Declaração de Voto, que o MAPES tinha votado contra uma vez que não achava o Orçamento claro. -----

----- PUNTO NÚMERO DOIS -----

– Proposta n.º86/2016 – Alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços da Junta de Freguesia da Penha de França -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Sofia Oliveira Dias, apresentou o documento, recordando que, aquando a aprovação da Estrutura Orgânica anterior, tinha indicado que futuro iria haver uma alteração quanto à arrumação dos Pelouros nas Divisões. Indicou que a presente alteração não importava qualquer aumento da Despesa nem nenhuma alteração no funcionamento da Junta de Freguesia, havendo apenas a passagem dos Recursos Humanos de uma Divisão para outra por motivo de similitude de matérias, tal como já tinha referido. -----

– Aprovada por Maioria – Votos a Favor: PS, CDS/PP, BE e MAPES; **Abstenção:** PSD e PCP; -----

----- PUNTO NÚMERO TRÊS -----

– Proposta n.º56/2016 – Estabelecimento dos Símbolos Heráldicos da Freguesia da Penha de França -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que esta Proposta já tinha sido apresentada na Sessão Ordinária anterior, tendo sido retirada da Ordem de Trabalhos por ter sido considerado que tinha havido insuficiente debate relativamente ao Escudo de Armas proposto para a Freguesia da Penha de França, tendo sido remetida para a Comissão Permanente de Líderes, onde foram adicionados mais elementos explicativos quanto aos motivos gráficos que constavam da Proposta. Como esforço acrescido de maior divulgação e debate da Proposta tinha tomado a iniciativa de incluí-la no último número da Revista da Freguesia, para que todos os moradores pudessem ter conhecimento da Proposta e, caso o entendessem, estarem presentes na Sessão da Assembleia de Freguesia e se puderem pronunciar sobre o assunto. -----

– Aprovada por Maioria – Votos a Favor: PS, PSD, CDS/PP, BE e MAPES; **Votos Contra:** PCP. -----

O Membro do PCP, **Maria Teresa Ricardo**, entregou à Mesa uma Declaração de Voto, que leu, e que constava do seguinte: -----

“Os Eleitos do PCP votaram contra a proposta acima referida, não por discordar dos símbolos escolhidos ou aspeto gráfico dos mesmos, mas por uma objeção política de fundo. -----

A aprovação de novos símbolos vai no caminho da consolidação de uma nova estrutura administrativa da Cidade com a qual temos conhecidas divergências.” -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

– Proposta nº90/2016 – Regulamento de Atribuição de Apoios pela Freguesia da Penha de França -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, ***Sofia Oliveira Dias***, explicou, sucintamente, que se tratava de um cotejar do Regulamento em vigor na Câmara Municipal de Lisboa. Indicou que a atribuição de apoios às entidades era uma matéria muito frequente, mas que tinha, ou poderia vir a ter, repercussões sérias para quem toma parte nessas deliberações, na medida em que estes apoios se destinavam a apoiar o cumprimento de determinados fins consignados. Por outro lado, era uma ferramenta que iria permitir à Junta estar escudada relativamente ao que era exigido, nomeadamente aos Clubes e Coletividades, os seus Planos de Atividade e Prestação de Contas, para que fosse possível um financiamento às atividades solicitadas, e estar a Junta salvaguardada, no cumprimento estritamente legal, aquando da atribuição de apoios financeiros. -----

O Membro do PSD, ***Afonso Costa***, indicou que havia um problema com o documento apresentado do âmbito de redação ou de formatação, indicando a alínea 4 do artigo 6º, onde aparecia “*Erro: a origem não foi encontrada*”, e indicando outros exemplos, achando, em virtude deste facto, que o documento não se encontrava apto para ser aprovado. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, ***Sofia Oliveira Dias***, indicou que se tratava um lapso, mas que no texto original faria uma remissão informática para artigos legais. Indicou que retiraria o Ponto da Ordem de Trabalhos caso achassem necessário, remetendo-o para a Sessão Ordinária seguinte, sem prejuízo de a Junta enviar o texto corrigido para análise. -----

O Membro do PSD, ***Afonso Costa***, indicou que, em traços gerais, o PSD estava de acordo com o documento, mas não conseguia, também, ver quais eram as referências da

Lei no exemplar que tinha recebido em PDF, achando que não faria sentido estar a aprovar algo na sua generalidade. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, referiu que o comentário efetuado pelo Membro do PSD tinha toda a razão de ser, indicando que a remissão se tinha perdido no formato PDF e em papel, compreendendo perfeitamente que os Membros da Assembleia não estivessem em condições de analisar a Proposta de Regulamento. Reforçou a intenção de retirada do Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

O Membro do PS, **Manuel Lage**, questionou se o erro de remissão verificado se reportava sempre ao mesmo Diploma, sugerindo a possibilidade de uma aprovação condicionada do documento mediante o envio posterior do texto corrigido, evitando ter de discutir novamente o assunto em data futura. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que optaria pela solução que fosse mais confortável para todos os Membros da Assembleia. A sugestão apresentada pelo Membro do PS era amplamente utilizada, comprometendo-se a enviar o documento corrigido o mais brevemente possível, sendo que a sua aprovação condicionada ficaria sem efeito caso os Membros da Assembleia considerassem que dele constassem menções que extravasassem a sua aprovação. Diferiu a decisão para os Membros da Assembleia. -----

O Membro do CDS/PP, **Bruno Futre**, indicou a sua concordância com o sugerido pelo Membro do PS, evitando assim uma acumulação excessiva de Pontos na Ordem de Trabalhos. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, indicou que o PSD não se iria opor à aprovação do documento desde que indicassem qual era a Lei para a qual o documento fazia remissão, uma vez que tal ainda não tinha sido dito. -----

O Membro do PCP, **Maria Teresa Ricardo**, indicou que o PCP não via qualquer inconveniente em fazer uma votação condicionada mediante o envio posterior do texto final que vier a ser apresentado. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que a informação de que dispunha era que a remissão era feita para normas do Regulamento, não tendo presente se seriam sempre as mesmas. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, questionou em que termos e em que sentido é que a votação era condicionada. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que o voto condicionado era efetuado nos termos em que caso o texto corrigido obtiver a concordância dos Membros da Assembleia, o documento fica definitivamente aprovado, não tendo de regressar à discussão; se não obtiver a concordância, a aprovação condicionada ficaria sem efeito e a Proposta voltaria a ser reformulada e apresentada. ---

– **Aprovada por Maioria – com Votação Condicionada ao envio do documento final corrigido** – *Votos a Favor:* PS, PSD, PCP, CDS/PP e BE; *Votos Contra:* MAPES. -----

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, indicou, como Declaração de Voto, que o MAPES tinha votado contra por achar que não estavam reunidos os formalismos legais quanto a esta questão. -----

----- **PONTO NÚMERO CINCO** -----

– **Proposta nº91/2016 – Alteração do Regulamento do “Transporte Solidário”** -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que desde o início tinha parecido que o texto do Regulamento do Transporte Solidário era excessivamente apertado, sendo demasiado rigoroso na definição das pessoas que poderiam beneficiar do Transporte Solidário, ficando grande parte dos seus potenciais utilizadores excluídos à partida. Desde o início do Transporte Solidário que a prática era muito mais alargada e abrangente, tendo o Executivo chegado à conclusão que o Regulamento teria de ser alterado. Os Membros da Assembleia poderiam fazer a comparação entre os textos e chegar, certamente, à conclusão de que o Regulamento não servia inteiramente os interesses da Freguesia, encontrando-se este circunscrito a idosos em estado de isolamento, sendo as reais necessidades muito mais vastas. Referiu que a alteração pretendia alargar a malha e, desse ponto de vista, chegar a mais pessoas do que as contempladas no texto original. -----

O Membro do PCP, **Maria Teresa Ricardo**, indicou que o PCP tinha feito uma análise da Proposta e que concordava com a opinião de que o Regulamento deveria tornar-se mais abrangente de forma a integrar um maior número de eleitores. No

entanto, referiu que havia uma situação que deveria ser revista e sugeriu, mediante a concordância dos restantes Membros da Assembleia, a alteração do nº2 do artigo 4º, referente ao Processo de Admissão, substituindo a “*declaração da pensão*” por “*declaração de rendimentos*”, uma vez que esta alteração poderia contemplar não só pessoas reformadas mas também pessoas desempregadas ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção, havendo situações de aposentados que tinham outras fontes de rendimentos e que automaticamente seriam excluídos por poderem suportar os custos. -----

O Membro do BE, **Hugo Evangelista**, congratulou a alteração ao Regulamento, passando a abranger mais pessoas, uma vez que era um serviço que tinha sido alcançado através dos esforços conseguidos no acordo entre o BE e o PS, acordo esse que existia, apesar do desgosto de alguns. -----

Demonstrou a sua concordância com a proposta do PCP, uma vez que o artigo 2º, referente aos destinatários, indicava que se dirigia a pessoas com reduzidos recursos económicos, tornando-se a alteração muito mais adequada e fazendo um paralelismo muito maior no âmbito dos destinatários. -----

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, referiu que quando o Membro do BE se referia a animais, só se poderia estar a referir aos 750 votantes no BE para legitimar o desgoverno do PS na Freguesia, e que a ele ninguém chamava animal, indicando que apenas 150 votos distanciavam o MAPES do BE, tendo reportado à Coordenadora do BE que a prestação do BE na Freguesia era uma vergonha e que tal tinha ficado provado. -----

O Membro do CDS/PP, **Bruno Futre**, lamentou o facto de a presente Reunião da Assembleia de Freguesia estar a ser, na sua opinião, e à falta de melhor termo, uma vergonha. Relembrou que todos os Membros estavam a representar a população da Freguesia que neles tinha votado, e que não se reconheciam, certamente, no tipo de postura observado. -----

Falando em seu nome pessoal, e em nome do CDS/PP, indicou que tinha sido eleito para representar a população, estava a trabalhar até tarde em prol da população, e não estava disposto a assistir ao tipo de postura observado anteriormente.

Sugeriu, caso não houvesse mudança de atitude e de postura, terminar a Reunião, uma vez não haver condições para a continuar. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia informou que estava a tentar levar a bom termo a presente Reunião, uma vez que a discussão e votação dos documentos apresentados seria necessária para o governo da Freguesia. Já tinha sido obrigada a suspender a Reunião, já tinha sido feita uma rápida conferência de Líderes, e esperava conseguir concluir a Reunião. -----

O Membro do PCP, **Maria Teresa Ricardo**, reforçou o pedido já feito na Conferência de Líderes, para que as questões fossem colocadas de forma transparente, clara, sucinta, objetiva e concreta, informando que se ausentaria findo o tempo regimental para a realização da Reunião, quer a mesma estivesse terminada ou não, uma vez que no dia seguinte iria trabalhar. Indicou que todos os Membros deveriam ser corretos, educados e tratar dos assuntos com seriedade, uma vez que ninguém estava ali a perder o seu tempo a brincar. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, demonstrou a sua concordância com a proposta de alteração ao documento, feita pelo PCP e BE. -----

O Membro do PS, **Manuel Lage**, no seguimento das intervenções que lhe antecederam, manifestou igualmente alguma preocupação pela forma como estava a decorrer a Reunião, depositando a sua confiança na Mesa, e nos restantes Membros da Assembleia, para que os trabalhos pudessem ser concluídos de forma adequada para que no dia seguinte todos pudessem ir trabalhar com respeito uns pelos outros, como tinham feito até à data, e que poderia contar com a bancada do PS para a conclusão dos trabalhos. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, indicou que a sua forma de ajudar nos trabalhos era de se remeter ao silêncio. -----

– A Votação da Proposta nº91/2016, contemplava a alteração do nº2 do Artigo 4º, passando o mesmo a ter a seguinte redação “*No ato de inscrição deverá proceder à entrega de cópia dos seguintes documentos: Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão e declaração de rendimentos*” -----

– **Aprovada por Unanimidade** -----

----- PUNTO NÚMERO SEIS -----

– *Proposta n.º92/2016 – Alteração à Tabela de Preços da Freguesia da Penha de França* -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, informou que a Proposta se tratava apenas de uma pequena alteração à Tabela de Preços em vigor, incluindo serviços que até à data não eram prestados pela Junta, tendo sido necessário proceder a uma atualização da mesma. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, questionou se o valor cobrado para a inscrição no Programa Verão Penha Jovem não era escalonado. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que, de acordo com a informação que tinha na sua posse o valor não era escalonado, mas que se iria informar e que, posteriormente, prestaria os devidos esclarecimentos à Assembleia de Freguesia. Informou que o Programa não se tratava de uma CAF mas sim de um Programa que se destinava à ocupação de jovens cujos pais não tinham hipótese de ficar com eles, pelas mais variadas razões, mas que o número de vagas era reduzido. -----

– **Aprovada por Unanimidade** -----

----- PUNTO NÚMERO SETE -----

– *Proposta n.º85/2016 – Ratificação do Protocolo celebrado entre a Freguesia da Penha de França e o Museu Nacional do Azulejo* -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, informou que o Museu Nacional do Azulejo era o terceiro museu mais visitado em Portugal, a seguir ao Museu dos Coches e ao Museu Nacional de Arte Antiga, o que fazia, por essa via, que a Freguesia tivesse um número elevado de visitantes. Havia alguma dificuldade em transpor esse elevado número de visitantes para a restante área da Freguesia, uma vez que o Museu se situava na fronteira com a Freguesia do Beato. Nesse sentido, e por se tratar de um Museu Nacional, e por ter um património muito interessante do ponto de vista da secular tradição de azulejar, tinha havido um incremento o relacionamento institucional com o Museu, não só devido à simpática cedência das suas instalações, como foi o caso da apresentação dos resultados da votação do Orçamento Participativo, como com a atuação dos coros na Igreja da Madre de Deus, mas também porque, na

medida das possibilidades, a Junta de Freguesia tentava acorrer à necessidades do Museu, devido aos seus constrangimentos orçamentais. Sempre que possível a Junta tentava ajudar o Museu, tentando, igualmente, por ter um maior cuidado com o tratamento e limpeza do espaço público na área envolvente do Museu, tentando ter uma atitude proativa, em concertação com o Museu, quer fosse na limpeza do espaço público, fosse na recolocação de pilaretes. Informou que tinha promovido uma reunião com a CML, naquele mesmo dia, para a colocação de sinais para alertar os condutores para a necessidade de abrandamento da velocidade e para a necessidade de aumento de sinalética informativa que indicasse o caminho para o Museu. Desse ponto de vista a Junta tinha um bom relacionamento institucional com o Museu, benéfico para ambas as partes. Tendo isso em conta, a Junta tinha decidido adquirir uma parede de vidro para a proteção de um painel de azulejo bastante carenciada, e oferecê-la ao Museu, uma vez que o mesmo não tinha disponibilidade orçamental para a adquirir. A presente Proposta servia para formalizar as boas relações existentes, trocas de disponibilidades, entre a Junta de Freguesia e o Museu, e plasmar essa situação num Protocolo. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que o Museu Nacional do Azulejo tinha a maior coleção, quer em qualidade, quer em quantidade, de azulejaria de toda a Europa. -----

– **Aprovada por Unanimidade** -----

----- **PONTO NÚMERO OITO** -----

– ***Proposta nº82/2016 – Ratificação do Protocolo celebrado entre a Freguesia da Penha de França e a Associação 5 ao Dia*** -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, ***Sofia Oliveira Dias***, informou que a Associação 5 ao Dia era uma associação de produtores de fruta, do Ministério da Economia e do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, que visava promover a importância do consumo de fruta e vegetais diariamente. Indicou que o consumo de hortícolas e de fruta tinha vindo a diminuir, tratando-se de questões da vida moderna, havendo uma maior importância de consumo em determinados grupos etários, nomeadamente as crianças e jovens em formação e os idosos, que têm sistemas imunitários mais debilitados, tornando-se particularmente relevante o seu consumo. -----

A Associação visava, não só promover, através de ações de sensibilização, a importância do consumo, mas também através de visitas ao Mercado Abastecedor de Lisboa que, além de ser um local que abastecia o Concelho de Lisboa, incluindo alguns dos vendedores do Mercado de Sapadores, era um mercado, sendo também uma atividade lúdica para as crianças, que não fazem, por vezes, ideia de onde veem as coisas que os pais compram nos supermercados, mas também era um local onde os idosos se reviam, ou se identificavam, uma vez que, tradicionalmente, eram pessoas que faziam as suas compras em mercados. -----

O presente Protocolo visava formalizar a relação, tendo também em vista não só o fornecimento das refeições escolares estar em preparação para passar para a responsabilidade da Junta de Freguesia, mas sendo, por outro lado, uma preocupação sua relativamente aos trabalhadores da Junta tendo, há alguns meses atrás, decidido colocar à disposição dos trabalhadores cestos de fruta variada, duas vezes por semana, e que eram adquiridos no Mercado de Sapadores. Havia uma conjugação de várias questões que acabavam por confluir na celebração do Protocolo em causa. -----

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, congratulou a iniciativa, e indicou que congratularia sempre o Executivo pelas suas boas práticas, mas que havia ainda muito mais a fazer pelos comerciantes da Freguesia. -----

Terminou desejando um bom Natal a todos, com fraternidade, paz, serenidade e desejando o bem ao próximo, razão para a qual trabalhavam e pela qual tinha sido eleito. -----

O Membro do PCP, **Maria Teresa Ricardo**, indicou que o PCP tinha algumas reticências relativamente à presente Proposta, e não obstante os objetivos de dinamização de uma alimentação saudável junto das Escolas, e que aliás já tinha vindo a ser promovida pelo Ministério da Educação, existindo um Programa específico para o efeito, mas parecia ao PCP que €5.000,00 anuais atribuídas como apoio financeiro, era demasiado, tendo em conta que as obrigações para a Junta de Freguesia eram superiores às obrigações para a Associação. Indicou que a Proposta que tinham aprovado com votação condicionada, para o apoio de instituições e associações da Freguesia, tinha requisitos muito mais apertados do que uma Proposta para apoiar uma Associação que

não era da Freguesia. Tendo isso em conta, tal facto parecia injusto para o PCP, não podendo votar a Proposta favoravelmente. -----

O Membro do BE, **Hugo Evangelista**, questionou, referiu-se ao enunciado na cláusula 2ª, referente às obrigações da Associação, nomeadamente que a Associação iria implementar o programa em instituições indicadas pela Junta, quais e quantas seriam as associações a indicar. -----

Questionou, também, se iria haver distribuição de comida associada ao programa. ---

Salientou a importância do mesmo, pelo aumento do consumo de vegetais e redução do consumo de carne, sendo mais benéfico para a saúde, para o ambiente e aos animais, congratulando-se por esses factos. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, questionou, na sequência da intervenção do BE, referindo-se à alínea a) da Cláusula 2ª, se tal se aplicava a todas as escolas ou se apenas às escolas públicas. -----

Agradeceu o envio do Compromisso e do Cabimento, achando ser uma boa prática a registar, e lamentava, no entanto, que tal não se tivesse verificado na Proposta anterior. -

A Senhora Presidente da Junta, **Sofia Oliveira Dias**, referiu, dirigindo-se ao PCP, que este Programa e o Regulamento de Apoio são situações incomparáveis, não se tratando de um apoio a uma instituição da Freguesia. Referiu que a Junta ao ser parceira da 5 ao Dia a colocava ao mesmo nível da CML, Santa Casa, etcetera, tratando-se de um outro nível de relacionamento institucional. -----

Relativamente à concretização do Projeto, indicou que, após a aprovação do mesmo, as instituições da Freguesia iriam ser contactadas, e que estejam interessadas em participar, não só recebendo as campanhas de sensibilização presencial com formadores da 5 ao Dia, mas também pela realização das visitas ao MARL, incluindo escolas públicas e privadas, lares de idosos, centros de dia, sendo estes dois grupos etários os principais destinatários mais carentes da necessidade do consumo de frutas e legumes. Esclareceu que não se tratava de fornecimento de fruta e de legumes, tendo sido a Junta a tomar a decisão de o fazer, de sua iniciativa própria, tencionando fazê-lo, igualmente, aquando da tomada da responsabilidade de fornecimento das refeições escolares. Relativamente a outras instituições e lares, já não dependia da Junta de Freguesia, mas

gostaria que, fruto da adesão a este programa e da sensibilização associada, que muitas instituições acompanhassem a Junta de Freguesia na iniciativa de colocar à disposição dos seus trabalhadores a fruta para o seu consumo. -----

– **Aprovada por Maioria** – *Votos a Favor:* PS, PSD, CDS/PP, BE e MAPES; *Votos Contra:* PCP. -----

----- **PONTO NÚMERO NOVE** -----

– *Proposta nº74/2016 – Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo do Vogal Manuel de Oliveira Duarte* -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que, nos termos da legislação em vigor, e atenta à complexidade financeira e contabilística que a Junta de Freguesia já tinha, pelo volume financeiro com que lidava, tinha decidido atribuir um meio-tempo ao Senhor Tesoureiro, na circunstância aposentado, não podendo, por tal, auferir tempo inteiro, e nos termos legais trazia essa matéria à Assembleia, dizendo que estavam cumpridos os requisitos exigidos por lei. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia alertou que a Proposta não carecia de votação, e limitava-se a verificar a conformidade dos requisitos legais relativos ao exercício de funções a meio-tempo. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, indicou que mesmo que fosse votável, o PSD votaria favoravelmente, não se opondo à mesma. Questionou, no entanto, se o meio-tempo mantinha a verba associada a Tesoureiro ou se a substituíria, acumulando-a. -----

Questionou, também, dada a entrada de um novo Membro no Executivo, se tinha havido alguma redefinição de Pelouros, quais eram as funções que o novo Membro tinha, se lhe tinha sido delegada alguma competência e se ocupava um cargo diferente dos outros Membros do Executivo. -----

Terminou desejando a todos os presentes um bom Natal e um próspero ano novo, que fosse melhor do que o que iria terminar. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que havia Bolo-Rei para todos.

Relativamente às questões colocadas, indicou que o valor do meio-tempo substituíra a remuneração devida ao Senhor Tesoureiro, mas era um assunto que ainda teriam de estudar. -----

Relativamente aos Pelouros do novo Membro do Executivo, indicou que ainda não tinha lavrado o despacho, mas o que pretendia fazer era que o Vogal Manuel dos Santos Ferreira ficasse com as funções de Secretário, funções detidas pelo falecido Vogal Castelo Branco, ficando ela própria com os Pelouros que lhe estavam atribuídos. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia desejou a todos os presentes um santo Natal e um 2017 melhor do que o ano que findava. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, deu por encerrada a Reunião pelas vinte e três horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, funcionário desta Autarquia, pela Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia. -----

O Funcionário da Junta de Freguesia



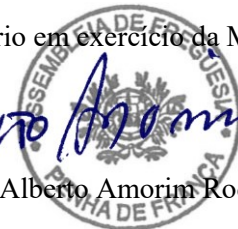

Alexandre Ribeiro

A Presidente da Mesa da Assembleia



Maria Luísa Vicente Mendes

O Primeiro Secretário em exercício da Mesa da Assembleia



Carlos Alberto Amorim Rodrigues